



TECNOLOGIA

Riquezas naturais da Amazônia continuam desconhecidas

Floresta deve ter uso sustentável

FLORESTAS - Óleos obtidos de algumas plantas podem valer mais do que a madeira que é retirada das árvores

KEILA FERREIRA
DA REDAÇÃO

Com sua inigualável biodiversidade, a Amazônia sempre chamou a atenção do mundo e produtos extraídos da floresta são cada vez mais procurados por empresas estrangeiras. Apesar disso, ainda precisa de muitos avanços para conseguir mudar a realidade de sua população. A semente da ucuuba, por exemplo, possui 70%

Óleo de pracaxi é mais conhecido nos EUA do que no Brasil pelo uso em lesões provocadas pelo fogo

de ácido mirístico, principal ácido componente da espécie, que constitui um óleo essencial aromático de grande importância para as indústrias cosmética, farmacêutica e alimentícia, também encontrado na noz moscada, mais cara e rara. De acordo com o diretor operacio-

nal da Amazon Oil, Luiz Moraes, uma única árvore produz até 500 quilos de semente ao ano e cada quilo é comercializado a um real. No entanto, em algumas comunidades, ela é abatida para produção de cabo de vassoura para a venda. Casos como esses demonstram a complexidade da região, rodeada de riquezas naturais, mas com povos que ainda não conseguem se beneficiar como poderiam dos elementos valiosos que estão ao seu alcance.

“O principal desafio é a falta de visibilidade. Quando as pessoas chegam até nós, inclusive no próprio Brasil, acham que o óleo de pracaxi, por exemplo, é uma raridade, e isso faz com que elas não desenvolvam projetos que envolvam esses produtos. O óleo de pracaxi é mais conhecido nos Estados Unidos que no Brasil. Você não imagina o que ele faz numa lesão provocada por fogo, além de ter outras propriedade, é antiestria, reforça o couro cabeludo”, declarou Luiz, que possui clientes na Europa, Ásia e América do Norte.

Ele destaca a importância que algumas empresas insta-

ladas na Região tiveram nesse processo, entre elas a Natura. “Quando eu comecei esse projeto no Amapá, em 1994, o Brasil não sabia o que era andiroba”, enfatiza. “Em 1996, quando eu chegava nas comunidades e perguntava se tinha murumuru para fazer gordura, riam de mim, porque as touceiras só serviam para acumular cobras, então metiam fogo. Hoje, limpam as touceiras dos murumuruzeiros para colher. Nós poderíamos estar preservando muito mais espécie, valorizando muito mais, se houvesse mais visibilidade”, completa.

Entre os grandes potenciais da região que podem ser melhor explorados ele cita o bacabi. “Dá um óleo que poderia gerar uma renda enorme não só para as comunidades ribeirinhas, como para o pessoal da agricultura familiar. Ele dá uma produtividade, por hectares, de polpa, bem maior que o açaí. Eu penso que vai ser uma das plantas que futuramente vem para somar com o próprio açaí e a própria bacaba. A gente não coloca no nosso mercado, porque nós temos que manter

o foco no nosso portfólio”, argumenta.

Para Luiz Moraes, falar no aproveitamento das riquezas naturais é falar de valorização da floresta e qualidade de vida dos povos que dela vivem. “Eu já encontrei comunidades que estavam tendo problema de vista no meio de um tucumanzal, e o tucumã é o óleo que mais tem o betacaroteno (que pode ser convertido em vitamina A) no mundo”.

Porém, o empresário diz que óleos amazônicos são tão desconhecidos que são exportados em meio a outros elementos, com a nomenclatura ‘outros óleos’. Na balança comercial elaborada pelo Centro Internacional de Negócios da Fiepa, com base em dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), por exemplo, os “outros óleos essenciais” aparecem com US\$ 1,5 mil em valores exportados pelo Pará, de janeiro a junho deste ano. “Outras gorduras e óleos vegetais” representaram US\$ 576 mil em valores exportados, no mesmo período.

Pesquisas precisam estar ligadas ao mercado

Diretor de articulação público-privada da Biotec-Amazônia, Sérgio Alves ressalta que muitos trabalhos foram produzidos ao longo dos últimos 40 anos, mas pouca coisa se transformou em produtos, pois as pesquisas param nas bibliotecas, sem haver um “link” com o setor produtivo. Nesse sentido, Sérgio explica que a Biotec-Amazônia está trabalhando para que as pesquisas possam estar ligadas a interesse de mercado antes mesmo de começarem, para que isso se torne um produto e possa haver um retorno à comunidade e à própria universidade.

“As iniciativas mais eficazes que existem no momento são por parte da iniciativa privada, que já está utilizando o potencial das espécies amazônicas para produção de óleos vegetais e produção de sabonetes, o que ainda é muito pouco frente a todo o potencial que existe”. Segundo ele, atualmente, as empresas de cosméticos trabalham em parceria com comunidades tradicionais, agricultores familiares, associações e cooperativas. Além da renda complementar, o pesquisador considera essa relação um grande avanço, pois as comunidades, para atenderem

as demandas dessas empresas, precisam se organizar. “O que vai ajudar a produzir com eficiência nas outras atividades desempenhadas por essas comunidades tais como fruticultura e piscicultura”. O pesquisador observa, ainda, que as árvores da Amazônia são de natureza perene, uma vez estabelecidas, permanecem produzindo perpetuamente. Além disso, seus frutos são carnosos, geralmente com grande potencial para indústria alimentícia, que aproveita a polpa. Porém, não há uma destinação mais nobre para seus resíduos, como sementes e cascas.



Ciência

Iniciativa

privada já está utilizando o potencial das espécies amazônicas para a produção de óleos vegetais e sabonetes, o que ainda é muito pouco para todo o potencial que existe

Vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, Farmacêuticos e de Perfumaria do Estado do Pará, Fátima Chamma, proprietária da empresa Chamma da Amazônia, argumenta que não é a floresta primária que garante a sustentabilidade, mas sim o uso sustentável dela. “A gente tem que olhar a economia desde aquele que cultiva até o produto final. A verticalização é restrição de muito tempo que permanece. Já vi tantas empresas que começaram e desistiram. O nosso segmento pode explorar sem prejudicar a floresta, até porque nós precisamos da floresta para sobreviver. Há uma parceria com a comunidade. Ao contrário do que muita gente pensa, ninguém pega um óleo, põe dentro de um frasco e diz que tá vendendo. Existe um processo de tecnologia, investimento”, enfatiza. Porém, Fátima acredita que ainda são necessários avanços na legislação ambiental e as empresas brasileiras têm mais restrição do que quem produz no exterior.

“É uma coisa que ainda não está completamente resolvido. A gente tem uma dificuldade muito grande com políticas públicas, outra é incentivos fiscais para o segmento. É um segmento que vai dar uma boa visibilidade para o Estado, assim como a parte da gastronomia. Porque ela (gastronomia) faz um trabalho maravilhoso, mas não tem restrições como os segmentos da beleza e da saúde têm. Já há um movimento por parte da Anvisa para facilitar mais esse diálogo”. De janeiro a junho deste ano, conforme balança comercial divulgada pelo Mdic, o Pará exportou US\$ 36 mil em produtos de perfumaria, toucador ou preparações cosméticas. No caso da indústria paraense, apesar da região ter os princípios ativos, demais ingredientes precisam vir de fora, além da embalagem, o que encarece cerca de 40% a produção local. Ela observa que as empresas grandes trabalham com sabonetes porque conseguem produzir com os elementos que têm na região e sugere, entre outros caminhos, uma ligação desse segmento com o de turismo.